

**ENGEMAQ**

Locação, Terraplenagem e Construção Civil

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA – MA.

REF.: CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024

A empresa, **ENGEMAQ LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 04.812.264/0001-09, qualificada nos autos e representada na forma da lei, vem, com habitual respeito, **APRESENTAR**

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

em face dos Recursos interpostos pelas empresas **DINAMICA CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS LTDA**, inscrita no CNPJ nº 19.224.295/0001-08, e **FEITOSA CONSTRUTORA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 32.611.684/0001-54, pelos fatos e mediante as razões fáticas e jurídicas expostos a seguir.

1. DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A empresa **RECORRIDA** confia na lisura, na isonomia e na imparcialidade desta Comissão de Licitação desta Administração Pública, a ser praticada no julgamento em questão.

2. DA TEMPESTIVIDADE E CABIMENTO

A presente **CONTRARRAZÕES** é apresentada por pessoa jurídica, licitante, em estrita observância aos prazos descritos no item competente aos prazos recursais do edital em tela, merecendo, pois, recebimento e processamento, uma vez que se encontra dentro do prazo legal, o que se requer.

3. DA SÍNTESE DOS FATOS

A Prefeitura Municipal de Açailândia – MA, através do Sr. Agente de Contratação, tornou público a Concorrência Eletrônica nº 003/2024, objetivando contratação de pessoa jurídica para pavimentação asfáltica da estrada Marconi Soares, para ligação dos bairros João



**ENGEMAQ**

Locação, Terraplenagem e Construção Civil

Paulo II e Juscelino Oliveira, com extensão total de 1.250m, de interesse da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo.

Superada a fase de lances, procedeu-se à análise da proposta classificada em primeiro lugar, a empresa **DINAMICA CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS LTDA**, onde a mesma não se encontrava regular, portanto, desclassificada, com isso, tendo como classificada na ordem, a RECORRIDA, por sua vez, teve sua proposta analisada e consequentemente os documentos de habilitação, que em ato contínuo, o Agente de Contratação classificou e habilitou-a.

Dando continuidade aos trabalhos, abriu-se o prazo para os licitantes manifestarem, as empresas **DINAMICA CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS LTDA** e **FEITOSA CONSTRUTORA LTDA**, declararam a intenção de recurso que por sua vez à apresentaram tempestivamente, alegando:

Pela empresa **DINAMICA CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS LTDA**: A Recorrente insurge-se contra o fato desta CPL inabilitar uma empresa de um certame licitatório pelo fato de uma falta de assinatura na planilha, onde a mesma nem é a planilha readequada, e sim apenas uma planilha mostrando a composição de preços igual a planilha que consta no edital.”

Já a empresa, **FEITOSA CONSTRUTORA LTDA**: Foram cadastradas propostas iniciais de 03 (três) empresas, sendo que da empresa Engemaq – Locações e Serviços Ltda, foi cadastrado o valor de R\$ R\$ 1.358.164,85 (um milhão trezentos e cinquenta e oito mil cento e sessenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos): (...) De plano, fica nítido que o valor inicial da empresa é superior ao valor de referência orçado pela administração, o que é vedado por lei. Alega também que no BDI de serviços, não foi colocado qualquer alíquota à título de CPRB, ou seja, trata-se de um BDI na forma não desonerado. No entanto, no BDI de materiais, foi colocada uma alíquota de 2% (dois por cento), o que o caracteriza como desonerado. Assim, um BDI está em conflito com o outro, o que acaba por macular toda a planilha orçamentária e a composição de custos, pois foi utilizado um BDI errado.

As alegações apresentadas não merecem prosperar, sem concreta razão, conforme passamos a expor.

4. DAS ALEGAÇÕES DA DINAMICA CONSTRUÇÕES & EMPREENDIMENTOS LTDA

Sr. Agente de Contratação e membros da Comissão, a Recorrente inconformado com a decisão, tenta manobrar o entendimento sobre a desclassificação dela.

Todo licitante sabe que, ao locar as planilhas solicitadas pelo edital, devem estar no mínimo assinadas pelo Representante Legal, o fato é, que a Recorre além de colocar as planilhas sem a devida assinatura do representante legal, ainda deixou de colocar a do responsável técnico, vejamos o que diz o art. 14 da Lei 5194/66.



**ENGEMAQ**

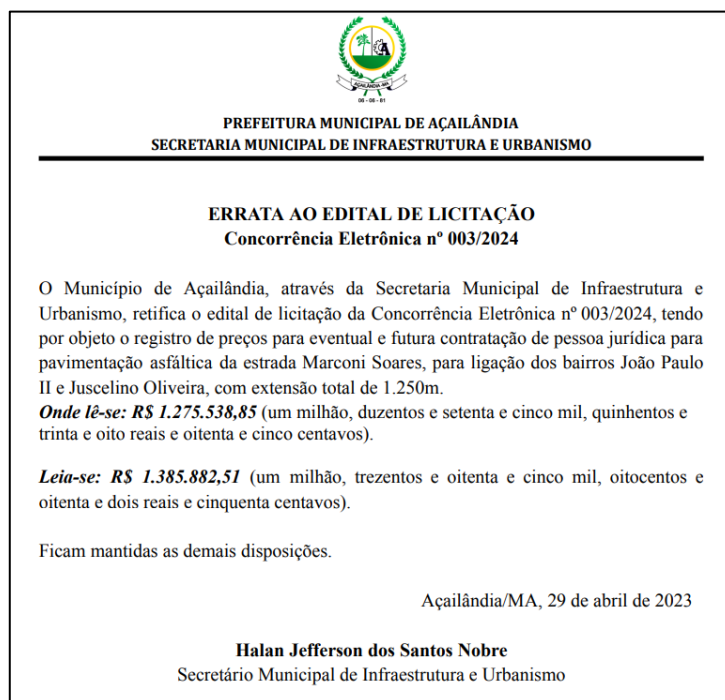
Locação, Terraplenagem e Construção Civil

Art. 14. Nos trabalhos gráficos, especificações, orçamentos, pareceres, laudos e atos judiciais ou administrativos, é obrigatória além da assinatura, precedida do nome da empresa, sociedade, instituição ou firma a que interessarem, a menção explícita do título do profissional que os subscrever e do número da carteira referida no art. 56.

Portanto, a alegação da Recorrente contra a decisão do Agente de Contratação, não merece prosperar, tendo em vista que, a mesma, praticamente descumpriu requisitos do Edital.

5. DAS ALEGAÇÕES DA FEITOSA CONSTRUTORA LTDA

Vale ressaltar que, a Recorrente está equivocada em sua alegação, a mesma não se atentou a errata posto no sítio eletrônico da Prefeitura, vejamos:



Destarte, não merece prosperar a devida à alegação, tendo em vista que, na errata esta bem explícita no que tange ao valor estimado, que não verdade é de R\$ 1.385.882,51 e não R\$ 1.275.538,85, portanto, dando condições legais de participar, sem contar que, o valor arrematado ficou em R\$ 1.150.000,00, abaixo do valor estimado.

Sr. Agente de Contratação, no que tange a segunda alegação que trata do BDI de serviços e materiais, mesmo na hipótese de uma eventual reconsideração nas alegações, poderíamos ainda dizer que, trata-se de um erro formal, e não substancial, como a empresa Recorrente, demonstra em seu recurso.

Vejamos:



**ENGEMAQ**

Locação, Terraplenagem e Construção Civil

Erro formal: *Quando um documento é produzido de forma diversa da exigida, o qual não vicia e nem torna inválido o documento.*

Ex.: *proposta em padrão diverso do modelo exigido no edital, mas que apresenta todas as informações essenciais.*

Erro material: Quando há falha de conteúdo na informação, havendo evidente desacordo entre a vontade e o que de fato foi expressado no documento.

Ex.: Erro de cálculo na totalização do valor da proposta; grafia incorreta; erro na sequência de numeração das páginas dos documentos.

Erro substancial: Quando se refere à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais (art. 139 do Código Civil). A omissão ou falha substancial prejudica o conteúdo essencial do documento, inviabilizando seu adequado entendimento.

Ex.: Não apresentação de documentação de habilitação no prazo previsto no edital; indicação de produto com especificações incompatíveis com as exigidas.

Inclusive, Marçal Justem Filho ensina sobre os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, os quais acarretam a impossibilidade de impor consequências de severidade incompatível com a irrelevância dos defeitos.

Sendo que eventuais erros formais ou materiais no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame. Devendo o órgão público, após verificado o equívoco na proposta, solicitar e conceder prazo para a regularização do erro, possibilitando, assim, o ajuste da proposta apresentada.

Nota-se que eventuais erros de natureza formal no preenchimento da proposta não devem implicar na exclusão automática do licitante do certame. Muito pelo contrário, uma vez verificado o equívoco na proposta da licitante, deve o órgão licitante conceder prazo para a regularização do erro, possibilitando, assim, o ajuste da proposta apresentada.

Vale destacar que em muitos casos o próprio Edital da licitação prevê que meros erros formais não poderão servir de motivo para desclassificação, o que não é atentado pelas Comissões de Licitação, sendo de absoluta importância a leitura integral do referido documento para que os licitantes tenham conhecimento das regras aplicáveis e argumentos possíveis de defesa em caso de desclassificações indevidas, que, aliás, ocorrem mais do que se imagina.

Temos, assim, que um simples erro formal, passível de correção, por parte da licitante não pode ser motivo suficiente de desclassificação.

O Tribunal de Contas da União possui diversos Enunciados neste sentido:



**ENGEMAQ**

Locação, Terraplenagem e Construção Civil

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das prerrogativas dos administrados. (TCU no acórdão 357/2015-Plenário)

A existência de erros materiais ou de omissões nas planilhas de custos e preços das licitantes não enseja a desclassificação antecipada das respectivas propostas, devendo a Administração contratante realizar diligências junto às licitantes para a devida correção das falhas, desde que não seja alterado o valor global proposto. Cabe à licitante suportar o ônus decorrente do seu erro, no caso de a Administração considerar exequível a proposta apresentada. (Acórdão 2546/2015-Plenário)

Licitação. Julgamento. Erros materiais. É possível o aproveitamento de propostas com erros materiais sanáveis, que não prejudicam o teor das ofertas, uma vez que isso não se mostra danoso ao interesse público ou aos princípios da isonomia e da razoabilidade. (Acórdão 187/2014 Plenário - Representação, Relator Ministro Valmir Campelo)

Não restando configurada a lesão à obtenção da melhor proposta, não se configura a nulidade do ato. Erro no preenchimento da planilha de formação de preço do licitante não constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado. (Acórdão 1811/2014-Plenário)

Falhas meramente formais, sanáveis durante o processo licitatório, não devem levar à desclassificação de licitante. (Acórdão 2872/2010-Plenário)

Percebe que, o TCU já se manifestou diversas vezes a respeito, conforme demonstrado acima, mas ainda trazemos o Acórdão 1487/2019 Plenário que, a mera existência de erro formal de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto.

Outros julgados nesse mesmo sentido: ACÓRDÃO 2564/2009 Plenário; ACÓRDÃO 1734/2009 PLENÁRIO; ACÓRDÃO 1924/2011 Plenário; ACÓRDÃO 2742/2017 PLENÁRIO; ACÓRDÃO 2290/2019 Plenário.



**ENGEMAQ**

Locação, Terraplenagem e Construção Civil

Evidente, portanto, que um mero erro formal jamais pode ser argumento para a desclassificação de uma licitante, pois trata-se de um erro passível de correção e que não traga prejuízo à Administração Pública.

Seguem em anexo para complementação!

6. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, conclui-se que o Agente de Contratação, no curso do processo, agiu em completa regularidade, pois, garantiu a segurança e estabilidade às relações jurídicas decorrentes do certame licitatório, buscando a proposta mais vantajosa de forma legal à Administração Pública, com base nos princípios pertinentes, o que derradeiramente ocorreu.

Nesta feita, por todos os fatos, razões, contrarrazões, argumentos e fundamentos expostos, esta Recorrida vem a presença de V.Sa., para respeitosamente, REQUERER:

- a) Que o sr. Agente de Contratação mantenha a decisão que aceitou a proposta e habilitou a empresa **ENGEMAQ LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA** e conforme julgamento desta Administração Pública, que conduziu o processo licitatório sem qualquer vício ou nulidade, em estrita observância da Lei e dos princípios que regem o tema, mantendo-se esta empresa como Arrematante, que apresentou sua proposta, lances e documentações necessárias e exigíveis para comprovar a sua capacidade, técnica, fiscal e econômica e, em especial, a exequibilidade da proposta, de acordo com o estabelecido no edital e demais solicitações durante o certame na modalidade Concorrência Eletrônica;
- b) Que, reconhecendo-se e reafirmando a decisão hostilizada, não admita-se as alegações nos recursos apresentados pelas Recorrentes, já que classificada e habilitada a mesma estará, para que se homologue e adjudique o presente processo.
- c) Que, na hipótese não esperada disso não ocorrer, faça este subir, devidamente, à autoridade superior, em conformidade com o § 2º, do art. 165, da Lei nº 14.133/21;

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.

João Lisboa - MA, 28 de maio de 2024.

ENGEMAQ LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

CNPJ Nº 04.812.264/0001-09

Attilio Castro Belin

Sócio Administrador

